

**PROCESSO Nº:** 17194/2018-0

**RELATOR:** CONSELHEIRO-SUBSTITUTO PAULO CÉSAR DE SOUZA

**NATUREZA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO

**RESPONSÁVEL:** FRANCISCO EMÍLIO CAMPÊLO

**MUNICÍPIO:** ARACOIABA

**UNIDADE GESTORA:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME

**EXERCÍCIO:** 2013 (período 01.08 a 31.12)

## RELATÓRIO

Trata-se da Prestação de Contas de Gestão da Secretaria Municipal de Educação - FME de Aracoiaba, exercício 2013 (período de 01.08 a 31.12), de responsabilidade do Sr. Francisco Emílio Campêlo, cujo valor da despesa orçamentária empenhada foi de R\$ 424.086,01 (quatrocentos e vinte e quatro mil, oitenta e seis reais e um centavo).

2. A 10ª Inspeção do extinto Tribunal de Contas dos Municípios procedeu à análise técnica das referidas contas, emitindo a Informação Inicial nº 7912015, na qual apontou irregularidades atinentes a:

- (1) Envio intempestivo da Prestação de Contas;
- (2) Descumprimento parcial da IN n.º 03/2013, art. 6º, X e XIV;
- (3) Omissão de registro de procedimento licitatório no SIM;
- (4) Solicitação de instrumento do contrato ou convênio, bem como outros documentos para atestar a regularidade da execução de despesas;
- (5) Irregularidades na comprovação do saldo inicial;
- (6) Não comprovação do saldo financeiro ao final da gestão, repercutindo nos resultados dos Balanços Financeiro e Patrimonial.

3. Quanto às Obras e Serviços de Engenharia, declarou que, em cumprimento às diretrizes estabelecidas no Plano Anual de Fiscalização, não houve inspeção *in loco* nessa unidade gestora no período em análise.

4. Dos esclarecimentos apresentados pelo Sr. Francisco Emílio Campêlo, o órgão técnico concluiu pela permanência de todas falhas anteriormente apontadas (Informação nº 6563/2016 e Certificado nº 242/2019).

5. Instado a se manifestar, o Ministério Público de Contas emitiu os Pareceres nºs. 10395/2018 e 3706/2019, sugerindo, em ambos, a devolução dos autos à unidade técnica para “instrução conclusiva do feito, com vistas a possibilitar a formação de juízo de mérito sobre as presentes contas, compreendendo, necessariamente, o exame dos aspectos quantitativos e qualitativos da gestão e se foram observados os princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia e efetividade do gasto público”.

6. Em razão da Emenda Constitucional n.º 92/2017, publicada no D.O.E de 21.08.2017, que extinguiu o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, os autos foram redistribuídos a este Relator, Conselheiro Substituto Paulo César de Souza.

**É o relatório.**

## VOTO

Tomando por base o relatório acima, bem como as manifestações da unidade técnica e do Ministério Público de Contas, constataram-se irregularidades na Prestação de Contas de Gestão Secretaria Municipal de Educação de Aracoiaba, exercício 2013 (período de 01.08 a 31.12), de responsabilidade do Sr. Francisco Emílio Campêlo, sobre as quais discorrerei a seguir:

2. **(1) Envio intempestivo da Prestação de Contas.**

3. Em razão do envio da presente Prestação de Contas haver ocorrido somente em 02.06.2014, a unidade técnica apontou descumprimento ao art. 3º da Instrução Normativa nº 03/2013 do extinto TCM-Ce.

4. Em seus argumentos de defesa, o Sr. Francisco Emílio Campêlo reporta-se ao fato de o exercício de 2014 ser o primeiro ano em que se exigiu a remessa das Prestações de Contas de Gestão em meio digital, entendendo como natural a verificação de dificuldades e atrasos no envio de referidas Prestações de Contas. *In verbis*:

“Tangente à situação em apreço, pede-se a compreensão dos insignes técnicos e Nobres Conselheiros, posto que a Unidade Gestora em comento, por se tratar de Fundo Especial, teria 150 (cento e cinquenta) dias de prazo para remessa da PCS, tendo referido prazo findado em 30 de maio de 2014 (sexta feira), ao passo que a Prestação de Contas de Gestão foi enviada em 02 de junho de 2014, primeiro dia útil subsequente ao término do prazo.

Nesse diapasão, insta asseverar que o exercício de 2014 foi o primeiro em que se exigiu a remessa das Prestações de Contas de Gestão em meio digital, entendendo-se natural a verificação de dificuldades e atrasos no envio, fato que ressalta a ausência de desídia e má-fé por parte do Defendente.

Ademais, não suficiente os argumentos já expostos, tem-se que destacar a dificuldade de acesso ao site desse Tribunal por ocasião do encerramento do prazo para envio das Prestações de Contas, decorrente das diversas tentativas de acesso simultâneo, frisando-se que já no primeiro dia útil subsequente o processo em tela foi remetido a esse TCM, entendendo-se o pequeno atraso como insuficiente para causar qualquer prejuízo na análise das Contas em comento”.

6. Em sede de reexame, a unidade técnica não acatou os argumentos de defesa, em razão da falha representar descumprimento a exigências legais, sugerindo a aplicação da multa prevista no art. 56, VII da lei nº 12.160/93.

7. De forma divergente ao entendimento da unidade técnica, considero que os argumentos da defesa expuseram uma situação excepcional, que foi o primeiro ano do envio das PCS em meio digital. Nessa vertente, considerando que não verifica-se má-fé

do gestor, posto que as contas foram encaminhadas no primeiro dia útil subsequente ao atraso, abstenho-me de aplicar multa ao gestor por essa ocorrência.

**8. (2) Descumprimento parcial da Instrução Normativa n.º 03/2013, art. 6º, X e XIV.**

9. No tocante ao descumprimento parcial do disposto no art. 9º c/c art. 6º, X e XIV da Instrução Normativa n.º 03/2013, a unidade técnica apontou (2.1) o não envio dos extratos bancários da conta n.º 13685-9, alusivos ao final do período, e (2.2) e o não envio da Cópia da lei que fixou os subsídios de prefeito, vice-prefeito e secretários para o período, assim como da lei que fixou o dos vereadores, nos casos das contas de gestão de câmara municipal.

10. Após a análise dos documentos enviados pela defesa, a unidade técnica concluiu pelo saneamento do subitem 2.2 e o saneamento parcial do subitem 2.1.

11. Afirmou que, em relação à conta n.º 13685-9 (subitem 2.1), a defesa apresentou somente os extratos de conta-corrente, permanecendo a omissão dos extratos relativos à aplicação financeira.

12. Examinei os documentos apresentados pela defesa relativos à conta n.º 13685-9 (sequência 32), e observei que os mesmos estão em consonância com o saldo registrado no Balanço Financeiro, qual seja R\$ 3,77 (três reais e setenta e sete centavos). Portanto, não existe indicativo que referida conta possua recursos em aplicação financeira.

13. Diante do exposto, discordo do posicionamento da unidade técnica e concluo pelo saneamento do presente item.

**14. (3) Omissão de registro de procedimento licitatório no SIM;**

15. Examinado a despesa empenhada registrada no SIM, a unidade técnica identificou algumas despesas para as quais não havia a indicação do procedimento licitatório, razão pela qual concluiu que as despesas foram realizadas em desacordo com o disposto no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal e art. 2º da Lei Federal nº 8.666/93, conforme demonstra-se a seguir:

CPF/CNPJ – CREDOR HISTÓRICO DO EMPENHO	NÚMERO DO EMPENHO	DATA DO EMPENHO	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR EMPENHADO (R\$)
04777464385 - ANDERSON MACHADO DA COSTA	18090004	18/09/2013	33903000	8.340,00
valor que se empenha p/ fazer face as despesas com aquisicao de generos alimenticios ref. ao programa de aquisicao de alimentos - compra direta local da agricultura familiar do pronaf, destinados ao atendimento das demandas de suplementacao alimentar e nutricional de merenda escolar das diversas escolas deste municipio, conforme previsto no art. 21 da lei 11.947/2009 e na resolucao fnde/cd no25/12, no seu art. 24, atraves da secretaria de educacao e conforme edital 01/2011 de 15/01/2011.				
<b>TOTAL</b>				<b>8.340,00</b>
12805448000161 - GARDEN LOCADORA E PRESTADORA DE SERVICOS LTDA - ME	19120004	19/12/2013	33903900	19.064,76
valor que se empenha p/ fazer face as despesas com contratacao de empresa especializada, para a locacao de veiculos, destinados a efetuar o transporte escolar da rede de ensino medio, conforme licitacao pp no 001/2013, junto a esta secretaria. suplementa cao do empenho 15020001.				

<b>TOTAL</b>				<b>19.064,76</b>
<b>66169127368 - FRANCISCA ISMENIA ELIAS DA COSTA</b>	21100004	21/10/2013	33903000	11.203,40
valor que se empenha p/ fazer face as despesas com aquisicao de generos alimenticios ref. ao programa de aquisicao de alimentos - compra direta local da agricultura familiar do pronaf, destinados ao atendimento das demandas de suplementacao alimentar e nutricional de merenda escolar das diversas escolas deste municipio, conforme previsto no art. 21 da lei 11.947/2009 e na resolucao fnde/cd no25/12, no seu art. 24, atraves da secretaria de educacao e conforme edital.				
<b>66169127368 - FRANCISCA ISMENIA ELIAS DA COSTA</b>	18110002	18/11/2013	33903000	8.743,10
valor que se empenha p/ fazer face as despesas com aquisicao de generos alimenticios ref. ao programa de aquisicao de alimentos - compra direta local da agricultura familiar do pronaf, destinados ao atendimento das demandas de suplementacao alimentar e nutricional de merenda escolar das diversas escolas deste municipio, conforme previsto no art. 21 da lei 11.947/2009 e na resolucao fnde/cd no25/12, no seu art. 24, atraves da secretaria de educacao e conforme edital.				
<b>TOTAL</b>				<b>19.946,50</b>
<b>89502930304 - FRANCISCA EDIVANEIDE FREIRE DE ABREU</b>	18110003	18/11/2013	33903000	9.695,25
valor que se empenha p/ fazer face as despesas com aquisicao de generos alimenticios ref. ao programa de aquisicao de alimentos - compra direta local da agricultura familiar do pronaf, destinados ao atendimento das demandas de suplementacao alimentar e nutricional de merenda escolar das diversas escolas deste municipio, conforme previsto no art. 21 da lei 11.947/2009 e na resolucao fnde/cd no25/12, no seu art. 24, atraves da secretaria de educacao e conforme edital.				
<b>TOTAL</b>				<b>9.695,25</b>

Observação: Notas de Empenhos Emitidas dentro do período em exame.

16. A unidade técnica ressaltou ainda que, caso as despesas relacionadas acima tenham sido precedidas dos respectivos procedimentos administrativos de aquisição de bens e serviços, o Interessado deveria encaminhar, na fase diligencial, os seguintes documentos comprobatórios: extrato de publicação do edital, relatórios dos certames, termos de adjudicação e homologação, acompanhados das respectivas publicações.

17. Em sede de reexame, a unidade técnica afirmou que o gestor encaminhou documentos que constituem o Chamamento Público nº 002/2013, de objeto a aquisição de itens de gênero alimentícios. Foram apresentados o Termo do Instrumento, Ata da Sessão Pública e publicações. Restou pendente de apresentação os respectivos termos de adjudicação e homologação.

18. Diante do exposto, a unidade técnica concluiu que as despesas realizadas por meio dos empenhos nº 18090004 (credor ANDERSON MACHADO DA COSTA), nºs. 21100004 e 18110002 (credor FRANCISCA ISMENIA ELIAS DA COSTA), e nº 18110003 (credor FRANCISCA EDIVANEIDE FREIRE DE ABREU) encontram-se parcialmente regulares.

19. No tocante às despesas realizadas por meio do empenho nº 19120004 (credor GARDEN LOCADORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA) o gestor apresentou documentos pertinentes ao PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2013, de objeto a locação de veículos para o transporte escolar. Referidos documentos trataram-se de: edital do certame, primeiro termo aditivo e publicações.

20. Novamente não foram apresentados os termos de homologação e adjudicação do certame, prejudicando assim a confirmação da existência de procedimento administrativo para a contratação.

21. Em razão da não apresentação de documentos solicitados por meio de diligência, posiciono-me pela aplicação de multa ao Sr. Francisco Emílio Campêlo, no valor de R\$ 2.130,36, com base no art. 56, inciso IV da Lei Estadual nº 12.160/93.

22. **(4) Solicitação de instrumento do contrato ou convênio, bem como outros documentos para atestar a regularidade da execução de despesas.**

23. Objetivando verificar a regularidade na execução das despesas relacionadas no item anterior, a unidade técnica solicitou os seguintes documentos: instrumento do contrato ou convênio, notas fiscais e recibos emitidos pelo credor, comprovantes do efetivo pagamento, tais como cópia dos cheques ou comprovantes de operações de

TED/DOC juntamente com os extratos bancários contendo as respectivas compensações.

24. Após a análise dos documentos apresentados pelo Responsável, a unidade técnica constatou o seguinte:

- 4.1. Credor Anderson Machado da Costa: foi apresentado somente o contrato.
- 4.2. Credor Garden Locadora e Prestadora de Serviços Ltda: nenhum documento solicitado foi apresentado;
- 4.3. Credora Francisca Ismênia Elias da Costa: foi apresentado somente o contrato.
- 4.4. Credora Francisca Edivaneide Freire de Abreu: foi apresentado somente o contrato.

25. Em razão da não apresentação dos documentos solicitados, a unidade técnica concluiu que o fato representa omissão no dever de prestar contas por parte do gestor.

26. Considerando que os documentos solicitados e não apresentados impediram a análise conclusiva sobre a regularidade da execução da despesa, posiciono-me pela aplicação de multa ao Sr. Francisco Emílio Campêlo, no valor de R\$ 2.130,36, com base no art. 56, inciso IV da Lei Estadual nº 12.160/93.

27. **(5) Irregularidades na comprovação do saldo inicial**

28. Pertinente ao saldo financeiro relativo ao início da gestão, a unidade técnica constatou algumas divergências entre os valores informados no Balanço Financeiro e os saldos dispostos nos extratos apresentados, a saber:



CONTA	EXTRATO INÍCIO	DOC. (FLS.)	BALANÇO INÍCIO	DIFERENÇA
5502-6	R\$ 111.814,86	117-118	R\$ 78.737,66	R\$ 33.077,20
5553-0	R\$ 0,00	120	R\$ 345,68	-R\$ 345,68
6465-3	R\$ 0,00	122	R\$ 1,18	-R\$ 1,18
6569-2	R\$ 10.830,96	124-125	R\$ 724,35	R\$ 10.106,61
6906-x	R\$ 0,00	127	R\$ 13.052,60	-R\$ 13.052,60
6925-6	R\$ 189,65	130	R\$ 112,53	R\$ 77,12
7598-1	R\$ 14.967,29	132-134	R\$ 5.926,22	R\$ 9.041,07
7921-9	R\$ 2.027,13	137	R\$ 1.990,45	R\$ 36,68
8576-6	R\$ 205.532,25	140	R\$ 309.089,75	-R\$ 103.557,50
8643-6	R\$ 14.271,00	143	R\$ 783,57	R\$ 13.487,43
8751-3	R\$ 1.013,36	146	R\$ 1.304,30	-R\$ 290,94
9369-6	R\$ 4.963,93	149	R\$ 228.490,97	-R\$ 223.527,04
9744-6	R\$ 0,00	151	R\$ 8,70	-R\$ 8,70
9823-x	R\$ 0,00	153	R\$ 0,90	-R\$ 0,90
12187-8	R\$ 0,00	155	R\$ 21,29	-R\$ 21,29
12319-6	R\$ 51.728,23	158	R\$ 16,61	R\$ 51.711,62
12476-1	R\$ 25.122,11	161	R\$ 89,00	R\$ 25.033,11
12477-x	R\$ 0,00	163	R\$ 14,11	-R\$ 14,11
13685-9	R\$ 0,00	165	R\$ 3,77	-R\$ 3,77
14172-0	R\$ 0,00	167	R\$ 16,56	-R\$ 16,56
12208-4	R\$ 1,00	169	R\$ 467,65	-R\$ 466,65

29. O gestor, em sede de esclarecimentos, ressaltou que o saldo advindo do exercício anterior foi apresentado com base nas informações do encerramento do exercício anterior, independente do início da gestão do Secretário, em conformidade com a Lei nº 4320/64.

30. Acrescentou ainda que a Instrução Normativa nº 03/2013 do extinto TCM-Ce determinava a apresentação de Termo de Conferência de Caixa, conciliações bancárias e extratos do primeiro e último dia de gestão, determinação que foi prontamente cumprida pelo mesmo.

31. Ademais, expressa que as peças foram elaboradas e encaminhadas em observância aos ditames da Lei nº 4320/64 e IN nº 03/2013 TCM-Ce, com a demonstração dos saldos financeiros iniciais referentes à abertura do exercício (01.01.2013) e com o envio dos extratos referentes ao primeiro dia de gestão, no caso 01.08.2013. Desse modo, não se poderia fazer o comparativo entre os registros, devido a natureza dos mesmos.

32. A unidade técnica refutou os argumentos de defesa destacando que não foram apresentados documentos que justificassem ou corrigissem as irregularidades apontadas.

33. A unidade técnica apontou, em sede de reexame, que os demonstrativos contábeis da gestão anterior indicam um saldo de R\$ 78.623,56 (setenta e oito mil seiscientos e vinte e três reais e cinquenta e seis centavos), conforme disposto no Balancete Financeiro presente no processo nº 2013.ARC.PCS.30745/13, enquanto que os extratos bancários da prestação de contas em exame revelam um saldo total inicial de R\$ 442.461,77 (quatrocentos e quarenta e dois mil quatrocentos e sessenta e um reais e setenta e sete centavos).

34. Em princípio, observo que são pertinentes os argumentos da defesa em relação aos ditames da Lei nº 4320/64 e às exigências da IN nº 03/2013 do extinto TCM-Ce. Observo também que somente em sede de reexame, a unidade técnica contestou o saldo do Balancete Financeiro de julho de 2013 com os extratos presentes na Prestação de Contas ora examinada. Ou seja, trata-se de fato novo sem a abertura de prazo para o contraditório e a ampla defesa.

35. Ante o exposto, em razão do prejuízo ao contraditório e ampla defesa, posiciono-me no sentido de excluir a ocorrência do exame das presentes contas.

**36. (6) Não comprovação do saldo financeiro ao final da gestão, repercutindo nos resultados dos Balanços Financeiro e Patrimonial.**

37. Analisando o saldo financeiro ao final da gestão, a unidade técnica constatou a omissão do extrato bancário de aplicação da conta nº 13685-9, bem como que outros apresentavam saldos divergentes em relação aos saldos do Balanço Financeiro, inviabilizando a comprovação do saldo financeiro:

CONTA	EXTRATO FINAL	DOC. (FLS.)	BALANÇO FINAL	DIFERENÇA
6906-x	R\$ 5,59	68	R\$ 5,59	R\$ 0,00
6925-6	R\$ 42.709,97	71	R\$ 42.709,97	R\$ 0,00
7921-9	R\$ 2.068,18	77	R\$ 2.068,18	R\$ 0,00
8576-6	R\$ 57.938,43	80	R\$ 57.938,43	R\$ 0,00
8643-6	R\$ 14.559,97	83	R\$ 14.559,97	R\$ 0,00
9369-6	R\$ 5.064,44	90	R\$ 5.064,44	R\$ 0,00
12476-1	R\$ 195,71	102	R\$ 195,71	R\$ 0,00
14668-4	R\$ 1,18	111	R\$ 1,18	R\$ 0,00
9823-x	R\$ 0,00	94	R\$ 0,90	-R\$ 0,90
6465-3	R\$ 0,00	62	R\$ 1,18	-R\$ 1,18
6569-2	R\$ 1.908,21	65	R\$ 1.910,21	-R\$ 2,00
9744-6	R\$ 0,00	92	R\$ 8,70	-R\$ 8,70
12477-x	R\$ 0,00	104	R\$ 14,11	-R\$ 14,11
14172-0	R\$ 0,00	108	R\$ 16,56	-R\$ 16,56
12187-8	R\$ 0,00	96	R\$ 21,29	-R\$ 21,29
5502-6	R\$ 59.541,68	57-58	R\$ 59.571,68	-R\$ 30,00
12208-4	R\$ 423,02	113-114	R\$ 458,81	-R\$ 35,79
7598-1	R\$ 2.752,40	74	R\$ 3.052,40	-R\$ 300,00
5553-0	R\$ 0,00	60	R\$ 345,68	-R\$ 345,68
12319-6	R\$ 272,06	99	R\$ 3.739,20	-R\$ 3.467,14
8751-3	R\$ 1.357,74	85-87	R\$ 5.059,13	-R\$ 3.701,39
13685-9	-	AUSENTE	R\$ 3,77	-



38. Em relação ao extrato de aplicação financeira da conta nº 13685-9, conforme já tratei no item 2 do presente relatório, não existe nenhum indício de que referida conta possua recursos em aplicação financeira. Desse modo, excludo a falha.

39. Quanto às demais divergências apontadas, o Sr. Francisco Emílio Campêlo não apresentou justificativas para as irregularidades em tela.

40. Diante da não apresentação de peças ou considerações que permitissem regularizar ou justificar as pendências do quadro acima, a unidade técnica concluiu pela irregularidade da matéria.

41. É válido acrescentar que a comprovação dos fatos pendentes de regularização, bem como a demonstração do nexo de causalidade são práticas que, além de prudentes, são inerentes ao dever de prestar contas. Tal comprovação, além de tratar-se de uma obrigação do gestor público, viabiliza uma melhor análise das contas e assegura a transparência e o controle social.

42. Sendo assim, uma vez que não houve apresentação de documentos e/ou justificativas que ilidissem as divergências verificadas, **não há como saná-las**, permanecendo, portanto, a impossibilidade de atestar a regularidade do saldo financeiro final.

43. Diante deste cenário, importa registrar que a IN nº 04/1994 do extinto TCM/CE, entendia que, quando os saldos bancários não estavam comprovados por conciliação bancária, implicava a restituição dos valores devidamente corrigidos, *in verbis*:

Art. 11. A não comprovação dos saldos bancários através da conciliação entre os extratos mensais e controles individuais da conta

**"BANCOS", implicará restituição devidamente corrigida, ao erário municipal pelo ordenador da despesa, independentemente das demais medidas legais cabíveis.**

44. Na interpretação da então Corte Municipal, quando o valor constante do extrato bancário era maior que aquele registrado nos demonstrativos contábeis significava uma falha formal que poderia ser facilmente dirimida com a apresentação da conciliação bancária. Por outro lado, em sendo esses valores menores, restaria configurado o dano, dado o indício do desvio do valor.

45. Desse modo, no presente caso restou configurado um débito no valor original de R\$ 7.944,74 (sete mil novecentos e quarenta e quatro reais e setenta e quatro centavos).

46. Em razão de todo o exposto, por considerar que a falha em análise reflete um descontrole contábil e financeiro que vai de encontro às disposições acima destacadas, capaz de ensejar, por si só, o julgamento irregular das contas, posiciono-me aplicação de multa ao Sr. Francisco Emílio Campêlo, com fundamento no art. 55 da Lei nº 12.160/93, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

47. Por fim, é válido salientar que o presente julgamento circunscreve-se aos fatos constantes da instrução, excluídos, portanto, os não evidenciados nos autos, assim como os relativos a processos e procedimentos autônomos em tramitação nesta Corte de Contas.

48. Ante todo o exposto, **voto** no sentido de:

a) **julgar irregulares** as Contas da Secretaria Municipal de Educação - FME de Aracoiaba, exercício 2013 (período de 01.08 a 31.12), de responsabilidade do Sr. Francisco Emílio Campêlo, na forma do art. 13, III, "c" da Lei nº 12.160/93, em razão da impossibilidade de atestar a regularidade do saldo financeiro final da mencionada unidade gestora (item 6);

b) **imputar** ao Sr. Francisco Emílio Campêlo **débito** no valor original de R\$ 7.944,74 (sete mil novecentos e quarenta e quatro reais e setenta e quatro centavos), a ser atualizado monetariamente, em razão do disposto no item 6;

c) **aplicar** multa ao Sr. Francisco Emílio Campêlo, no valor de R\$ 5.260,72 (cinco mil, duzentos e sessenta reais e setenta e dois centavos), com base nos artigos 55 e 56, IV da Lei Estadual 12.160/1993, pelo exposto nos itens 3, 4 e 6;

d) **autorizar**, desde logo, por questão de economia processual, no caso de não recolhimento da quantia supramencionada e ocorrendo o trânsito em julgado da matéria, a cobrança judicial da dívida através da Procuradoria-Geral do Estado do Ceará, de acordo com o art. 71, XI, § 3º, c/c com o art. 75, ambos da Constituição Federal, o art. 76, § 3º da Constituição Estadual e o art. 156, §3º do Regimento Interno do extinto TCM;

e) **comunicar** ao responsável que o presente julgamento circunscreve-se aos fatos constantes da instrução, excluídos, portanto, os fatos não evidenciados nos autos, bem assim os relativos a processos e procedimentos autônomos em tramitação nesta Corte de Contas; e

f) **autorizar**, desde já, o **arquivamento** do feito, após a comprovação do pagamento da multa e do débito impostos e o trânsito em julgado da decisão.

Fortaleza,        de        de 2019.

---

Paulo César de Souza  
Conselheiro-Substituto  
**RELATOR**